

Fausto e a política monetária

"Mefistófeles encanta o imperador com as maravilhas do papel-moeda. Embevecido, este ordena a seus artesãos que multipliquem os tais papéis, trazendo prosperidade ao reino, porém de forma fugaz. Tudo era falso como as fantasias de Carnaval"

Johann Wolfgang von Goethe, autor da mais célebre das versões do mito de Fausto, o homem que vende sua alma ao demônio em troca da suprema excelência em sua profissão, e também por alguns prazeres terrestres mais rasteiros, conhecia bem os assuntos da economia. Foi uma espécie de administrador do ducado de Weimar durante muitos anos, de modo que quando acrescentou em 1832, no fim da vida, alguns capítulos novos ao *Fausto*, que começara a escrever sessenta anos antes, aplicou lições que aprendeu em sua experiência como uma espécie de "autoridade monetária".

Num desses capítulos novos, há uma cena antológica, e de exame obrigatório nas escolas de economia: Mefistófeles se apresenta ao imperador, numa terça-feira de Carnaval, e o encanta com as maravilhas do papel-moeda. Embevecido, o imperador ordena a seus artesãos que multipliquem os tais papéis, que circulam "rápidos e festivos como raios de primavera", trazendo prosperidade e desenvolvimento ao reino, porém apenas de forma fugaz. Tudo era falso como as fantasias de Carnaval e de Mefistófeles. Segue-se a inflação, a crise e o sofrimento. O imperador havia sido enganado, como Fausto, ao abdicar de valores permanentes, a alma, em troca de realizações efêmeras.

Goethe tinha em mente as primeiras experiências desastrosas com a moeda fiduciária (a moeda-papel, sem o "lastro" em metais que emergem do ventre da natureza) no século XVIII, sendo certo que, desde então, e diante de centenas de desastres financeiros similares em toda parte, a humanidade passou a temer os excessos monetários a ponto de entregar a gestão do imenso poder de criar valores a partir de pedaços de papel a castas selecionadas de anacoretas: os bancos centrais.

O poder desses guardiões da moeda só fez crescer nos anos que se seguiram, e o brutal aumento de sua independência mais recentemente pode ser interpretado como uma ratificação convicta da recusa em fazer qualquer barganha com os encantos do papel-moeda. Na Europa unificada, inclusive, as nações repudiaram por completo o papel, subordinando-se a um ente supranacional para seu suprimento e em bases sempre modestas.

É de notar que esse crescimento do poder dos BCs ocorreu num momento em que aumentaram muito as dúvidas sobre qual era a verdadeira sabedoria em matéria de política monetária. As regras monetaristas convencionais de fixação de uma taxa de crescimento para os "agregados monetários", com o tempo e a inovação financeira, foram se igualando em eficácia ao sacrifício de virgens no altar da estabilidade.

Os BCs, portanto, chegaram ao poder quando as variações em torno da moeda fiduciária foram se tornando mais perigosas e tentadoras. Porém, simultaneamente, começou a faltar-lhes a doutrina. Em muitos países cresceu o sentimento de que era preciso evitar os excessos dos BCs em sua freqüentemente insana tentativa de abater inflações minúsculas através de violentíssimo "controle da base monetária". É da natureza dos religiosos do BC enxergar apenas virtude no sacrifício, mas o mundo laico pode entender que, sem prejuízo da nobre missão dos bancos centrais, a decisão sobre a flagelação do organismo econômico deve pertencer aos políticos eleitos. Estes, por sua vez, embora sempre propensos ao excesso, trouxeram para si a escolha de uma taxa de inflação, maior que zero, uma "meta", e aos

anacoretas do BC caberia apenas obedecer. Cria-se, assim, uma autonomia relativa, dita "operacional", com vistas a conciliar a monástica propensão ao martírio, própria das autoridades monetárias, com as necessidades do desenvolvimento.

Mas, como no Brasil, desde Juscelino, o pendor faustiano para o excesso é imenso, e este é o país do Carnaval, essa conciliação, na prática, é muito difícil. O BC vê-se forçado ao excesso, pois apenas enxerga excesso, na direção contrária, dentro do mesmo governo. Os juros são altos, e assim permanecerão, muito mais em razão de "fundamentos econômicos" frágeis, temas da esfera dos políticos, que da vilania ou austeridade do BC.